

FRONTEIRA MATERIAL/IMATERIAL: FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

**MATERIAL/IMMATERIAL BORDER: TERRITORIAL FORMATION OF
RONDÔNIA AND ITS IMPLICATIONS ON INDIGENOUS PEOPLES**

**FRONTIÈRE MATÉRIELLE/IMMATÉRIELLE:
FORMATION TERRITORIALE DE RONDÔNIA ET SES
IMPLICATIONS SUR LES POPULATIONS INDIGÈNES**

Laisse Andressa Nascimento dos Santos¹

 0000-0003-3307-5191
laissecristo@gmail.com

Luciana Riça Mourão Borges²

 0000-0002-7223-977X
luciana.borges@unir.br

Adnilson de Almeida Silva³

 0000-0003-2555-0861
adnilson@unir.br

Ano XXVIII - Vol. XXVIII - (1): Janeiro/Dezembro - 2024

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbauru.org.br

1 Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Rondônia – FARO. Especialista em Pedagogia Empresarial pela Faculdade Católica de Rondônia - FCR. Mestranda em Geografia na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTEH/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3307-5191>. E-mail: laissecristo@gmail.com.

2 Licenciada e bacharela em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Docente do Departamento Acadêmico de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica - GEPE-Front/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7223-977X>. E-mail: luciana.borges@unir.br.

3 Licenciado e Mestre em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR. Líder do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTEH/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-0861>. E-mail: adnilson@unir.br.

Artigo recebido em janeiro de 2024 e aceito para publicação em fevereiro de 2024.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este trabalho buscou expandir as características das populações indígenas que viviam no Território Federal do Guaporé e no início da criação do Estado de Rondônia, com recorte temporal entre as décadas de 1940 até 2000. Sempre se percebeu uma diminuição acentuada de várias etnias indígenas durante o processo de avanço econômico com a construção da BR 364, motivação migratória e de expansão territorial, gerou inúmeros atritos e impactos observados na natureza e na vida das pessoas e animais que ali estavam, além do desenvolvimento violento e desigual. Estima-se que no período de 1930/1940 havia mais de 80 mil indígenas por toda a floresta da Amazônia Ocidental, onde muitos foram exterminados. Esta porção regional abriga diferentes grupos étnicos de população tradicional atualmente. O artigo contou com subsídios teóricos por meio de produções acadêmicas e registros históricos deste período; como objetivo geral visa analisar as consequências sofridas pelas diversas etnias durante a formação do estado de Rondônia.

Palavras-chave: Amazônia. Expropriação territorial. Fronteira econômica. Povos indígenas. Rondônia.

ABSTRACT: This work sought to expand the of the indigenous populations that lived in the Territory of Guaporé and at the beginning of the creation of the State of Rondônia, with a time frame between the decades from 1940 to 2000. A sharp decrease in several indigenous ethnicities was always noticed during the process of economic advancement with the construction of BR 364, migratory and territorial expansion, generated countless frictions and impacts observed in nature and people's lives and animals that were there, in addition to the violent and uneven development. It is estimated that in the period 1930/1940 there were more than 80 thousand indigenous people throughout the Western Amazon forest, where many were exterminated, it currently houses different ethnic groups of the traditional population. The article relied on theoretical subsidies through academic productions and historical records from this period; as a general objective, it aims to analyze the consequences suffered by the different ethnicities during the formation of the State of Rondônia.

Keywords: Amazon. Territorial expropriation. Economic frontier. Indian people. Rondônia.

RÉSUMÉ: Ce travail visait à élargir les caractéristiques des populations indigènes qui vivaient sur le territoire fédéral de Guaporé et au début de la création de l'État de Rondônia, avec une période comprise entre les années 1940 et les années 2000. Une forte diminution de plusieurs ethnies indigènes a toujours été constatée au cours du processus de progrès économique avec la construction de la BR 364, une motivation migratoire et d'expansion territoriale, générant de nombreuses frictions et impacts observés dans la nature et dans la vie des personnes et des animaux qui y étaient. là, en plus d'un développement violent et inégal. On estime qu'au cours de la période 1930/1940, il y avait plus de 80 000 indigènes dans toute la forêt amazonienne occidentale, où beaucoup ont été exterminés, et qui

abrite actuellement différents groupes ethniques de populations traditionnelles. L'article s'appuie sur un soutien théorique à travers des productions académiques et des documents historiques de cette période; comme objectif général, il vise à analyser les conséquences subies par les différentes ethnies lors de la formation de l'État de Rondônia.

Mots-clés: Amazonie. Expropriation territoriale. Frontière économique. Peuples indigènes. Rondônia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Amazônia recebe imigrantes/migrantes há mais de 20.000 anos. Possivelmente, povos de origem asiática apareceram para ocupação neste período, realizaram atividades de agricultura. A região era povoada por diversas etnias indígenas que conviviam com práticas e dinâmicas extrativistas, com o usufruto da natureza e apenas com o necessário para sua sobrevivência e o exercício de seus valores culturais, espirituais e sociais, há pelo menos dois milênios antes da chegada dos europeus. A hipótese é justificada por inúmeros estudiosos que os asiáticos teriam atravessado a pé por uma ponte natural que ligava a Ásia a América do Norte e chegaram às Américas por meio do estreito de Bering (Imazon, 2015).

Em tempos mais recentes, a Amazônia ao longo de mais de cinco séculos tem sido um lugar de busca por riquezas, ou seja, desde a primeira exploração com destino incerto dos portugueses e espanhóis, até os dias atuais. Supor que a procura por matérias-primas e o processo de colonização com objetivos de exploração e obtenção de posses, propriedades e bens materiais, não afeta diretamente vidas, é desconsiderar os conhecimentos ancestrais, tanto do ponto de vista indígena, quanto das populações tradicionais.

Reconhecer que as populações indígenas tem sofrido inúmeras injustiças ambientais e étnico-raciais, raciais e étnicas é legitimar o que há mais de 500 anos, suas vivências e integrações no processo de resistências e resiliências destes povos originários. Isto, inclusive, serve como pauta das causas de defesa de muitos militantes não indígenas, os quais travam lutas e acompanham o desenrolar dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Cabe considerar que o cumprimento desses direitos a esses povos dizem respeito à materialização dos valores culturais, espirituais, dos modos de vida e das ancestralidades.

É oportuno que se reafirme que a configuração territorial brasileira promovida pela criação de territórios federais e dos estados, como Unidades Federativas, foram construídas a partir de interesses políticos em se expandir áreas com pouca contingência populacional, como é o caso amazônico, em que o desenvolvimento econômico se iniciou com demandas provenientes de outras regiões, de modo que com o passar do tempo, resultou em inúmeros e sérios impactos ambientais no outrora espaço vivido pelos povos indígenas e populações tradicionais.

A área de recorte territorial corresponde ao estado de Rondônia, situado na região Norte e tem como limites o Amazonas ao norte, Mato Grosso a leste, ao sul e oeste Bolívia e o Acre a oeste, com área territorial de 237.754.172 Km², população residente de 1.581.196 pessoas e densidade demográfica de 6,65 hab./km² (IBGE, 2022).

O artigo pretende percorrer a trajetória geográfica e histórica em que se analisará a partir de literatura interdisciplinar como referências. Didaticamente, o texto analítico encontra-se estruturado em três seções, em que a primeira trata dos aportes teóricos, enquanto a segunda e terceira descrevem os arranjos e/ou configurações territoriais, por fim, as considerações finais.

VEREDAS TEÓRICAS

Uma desvantagem visível durante a colonização do estado de Rondônia foi o extermínio de várias etnias originárias, devido a inúmeras disputas territoriais, ao tempo em outras tiveram que se afastar de suas terras, onde encontravam suas histórias e vivências ancestrais.

A terra para as populações indígenas possuem sentidos e significados profundos, visto que representa sua vida, cultura, espiritualidade e organização, logo, não existe uma separação entre a terra e o ser indígena.

O Estado ao promover o desenvolvimento, no entanto, anula, inviabiliza ou nega os direitos fundamentais aos indígenas, como se constatou no passado e perpetua-se no presente. No caso amazônico, a violação dos direitos, está diretamente conectado ao contexto geográfico e histórico existente na região como fronteira econômica ou de expansão do capital. Neste sentido, é oportuno a análise de fronteira, Almeida Silva (2012, p.8) expõe que:

[...] A importância sobre a discussão de fronteira, ambiente e sociedade é propícia à medida que se trata não somente dos aspectos da fronteira, enquanto conceito científico, porque envolve outros desdobramentos que perpassam pela materialidade como Estado-Nação e se insere em questões econômicas, políticas e sociais que dizem respeito a territorialidades com funções, processos e significados de apreensões territoriais e espaciais distintos. Numa região de fronteira econômica, em que os recursos naturais são considerados abundantes é notório uma busca incessante para sua exploração através de mecanismos que sempre ou quase sempre resultam em “encontros de sociedade”, ou seja, entre aqueles que chegam e a população residente. Esses encontros são marcados por enfrentamento, cujo contexto se configura no processo de resistência em oposição à numa nova dinâmica espacial/territorial [...].

Destarte, o recorte espacial amazônico, particularmente o rondoniense, não se trata de um território qualquer, amorfo ou inocente, mas, sim de oportunidades abertas à exploração econômica proporcionada pelo avanço do capital, em que se configura como “fronteira econômica”, o que Becker (1988, p.63) se apresenta como “uma válvula de escape para as tensões sociais e demográficas produzidas pela expansão capitalista nas áreas povoadas”. A autora situa que, neste momento, o Estado por meio de seus mecanismos estratégicos

repassa a problemática das antigas áreas para áreas territoriais mais novas de modo que se perpetua a reprodução de antigas formas de sua atuação sobre o espaço.

Sob tais condicionantes a fronteira se realiza e transforma-se como o lócus privilegiado das alteridades (social, cultural, política, econômica, ambiental, dentre outras), com isso promove encontros ou choques entre populações, as quais são detentoras de modos de apreensões e visões antagônicas sobre o mundo. Tal dialética marcada pela diferença proporciona, conforme Miguel *et al.* (2016), “efeito socialmente modificativo, o qual resulta em mudanças e reconfiguração dos modos de produção, sistemas de propriedade e conjuntos simbólicos envolvidos no encontro”.

Do ponto de vista da análise sociológica sobre a fronteira, grande contribuição ao debate, foi proporcionado por Martins (2009, p.9) ao inferir que

[...] A fronteira, a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano idílico da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte [...].

A partir de tal análise, afirma-se com certeza que os elementos apresentados pelo autor transcendem os elementos e aspectos de uma única área de conhecimento humano, visto que é compreensível se realizar leituras históricas, geográficas, antropológicas, linguísticas, dentre outras, as quais apresentam implicações de estranhamentos culturais em regiões de fronteira, mediante perspectivas sociais, políticas, ambientais e uma infinidade de situações que remetem a vivências e visões de mundo. Tais estranhamentos ou conflitos que percorrem a fronteira tem um significado especial para Martins (2009, p.133) ao considerar que:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Deste modo, ao se analisar a ocupação da Amazônia mediante as políticas de desenvolvimento regional, tanto o Estado, quanto a sociedade abrangente, conceituam equivocadamente que as populações indígenas são obstáculos para o processo de desenvolvimento, de maneira que “justificam” o massacre desses povos e a expropriação

de seus territórios. Concomitantemente, os territórios originários são substituídos por outros com novas apreensões, outros saberes, estruturas culturais, modos de produção e reprodução e regimes de propriedade, conforme apontam estudos de Ott (2002), Cemin (2007), Almeida Silva (2012; 2015), dentre outras autorias.

No caso rondoniense, apontam Miguel *et al* (2016), a partir de estudos de Rabello (2004) e Miguel (2008), que “no imaginário coletivo as intervenções estatais de planejamento regional serviriam para a ocupação de um espaço sem gente, e promoveram a defesa territorial e a integração nacional”.

Os projetos de desenvolvimento regionais na Amazônia são operacionalizados como “espaços de colonização”, considerados como despovoados, inclusive de cultura, com isso são receptivos à exploração do colonizador, conforme descrito por Kothari (2005). Neste sentido, o desenvolvimento seria realizado a ferro e fogo, ou como um processo de terrorismo, na avaliação de Visvanathan (1997) ou ainda como política associada à eliminação do que é diferente (*necropolitics*), de acordo ao que pondera Mbembe (2003).

DE TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ A ESTADO DE RONDÔNIA

Na Constituinte de 1824 com a elaboração de novas organizações das capitânicas, estas, teriam elevação de condição provincial, mesmo com as características de “espaços de vazios populacionais” e sem recursos, porém com a garantia do que traziam os anteprojetos de propostas que se criasse territórios nas províncias que juridicamente se iguallassem com capitânicas que apresentavam maior desenvolvimento, conforme considera Porto (1999).

A área que compreende o atual estado de Rondônia histórica e geograficamente passou por diversas reconfigurações territoriais (as quais não são possíveis serem retratadas no presente artigo, devido ser muito extenso), no entanto, o recorte temporal específico será das décadas de 1940 e 2000.

Dois grandes marcos históricos e geográficos ocorridos no início do século XX, no que corresponde ao espaço territorial de Rondônia, trouxeram grandes impactos sobre as populações indígenas, são a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (de Porto Velho a Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia) e a construção da linha telegráfica comandada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (Gama, 2023). Pode-se afirmar que estes eventos foram os impulsionadores do que viria a se consolidar na década de 1940 como espaço geográfico guaporeano e depois designado como rondoniense.

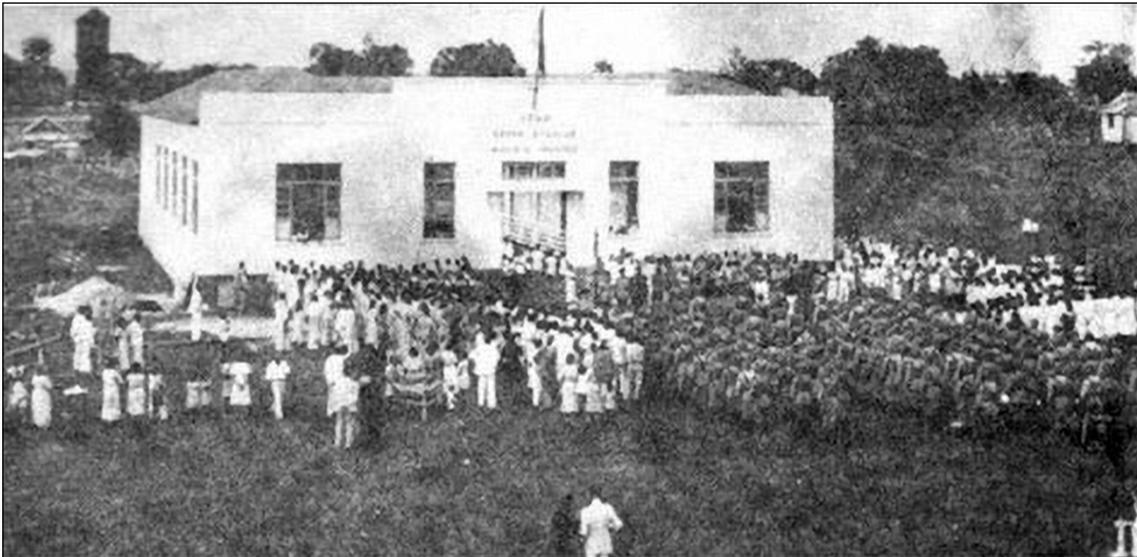
Firmado com o objetivo de se fazer a divisão geográfica do Brasil e auxiliar nas aulas da disciplina de Geografia Física, com o usufruto dos aspectos físicos (vegetação, clima e relevo), ocorreu que em 1913 o Brasil foi dividido em Setentrional, Norte Oriental, Oriental, Central e Meridional, com a justificativa de que a divisão fosse resistir a ação do tempo e reforçar a imagem da nação, conforme considera Gorayeb (2013).

Com o Decreto-Lei nº 5.812, de 13.09.1943 e sob a atribuição do Presidente da República conferido por meio do artigo 180 do art. 6º da Constituição é legitimado a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do

Iguaçu. O Território Federal do Guaporé é criado a partir do desmembramento dos estados do Amazonas e do Mato Grosso (Brasil, 1943).

O limite do Território Federal do Guaporé ficou estabelecido a partir do noroeste pelo rio Ituxí até a sua foz no rio Purús, ao Nordeste, Leste e Sudeste o rio Curumim; e ao sul, Sudoeste e Oeste pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até o limite entre o território do Acre e o estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar a margem direita do rio e Ituxí (Brasil, 1943).

A Figura 1, datada do ano de 1940, retrata populares que assistem o anúncio da possível criação do Território Federal do Guaporé – o que viria ocorrer no dia 13 de setembro de 1943 – em frente à escola Barão do Solimões, esta manifestação de Getúlio Vargas que em meio as suas diversas ações de governo (em 1934 e em 1951), foi marcada por sua visita que deveria ser de três horas, mas que perdurou por três dias. Nesta época a atual capital Porto Velho, era município do estado do Amazonas, conforme Gorayeb (2013).



Fonte: <https://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/02/criacao-do-territorio-do-guapore.html>.

Figura 1. Getúlio Vargas em pronunciamento a população de Porto Velho em 10/10/1940.

Com as pretensões de Vargas surgiram ações que incentivaram a ocupação de terras da Amazônia, como resultante da integração nacional, além de se estabelecer a base presencial do seu governo que pretendia autenticar a política nacionalista, de acordo com Gorayeb (2013).

Em 1943 foi criado cinco Territórios Federais: Iguaçu no Sul, Ponta Porã no Centro-Oeste, e no Norte, Rio Branco, Amapá e o Guaporé (em 13/09/1943), este último com partes do Território do estado do Amazonas e do Mato Grosso, com quatro municípios; Porto Velho (capital), Lábrea, Guajará-Mirim e Santo Antônio, todos na Região Norte do Brasil, conforme Gorayeb (2013).

O referido autor menciona que em 29/01/1944 houve a instalação oficial, aparece uma forte ascensão política, em que o Major Alúzio Pinheiro Ferreira é nomeado como o primeiro governador do Território Federal do Guaporé, anos mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, houve

a alteração de seu nome para Território Federal de Rondônia, uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (Gorayeb, 2013); com a conquista de status político para estado, em 1981, permaneceu com a mesma denominação dada na década de 1950.

Por volta dos anos 1921-1923, portanto, duas décadas antes da criação do Território Federal do Guaporé, durante a expedição realizada por Nimeundajú em todo Brasil, catalogou e investigou como os povos indígenas estavam organizados; este pesquisador alemão viajou pelo território nacional e por meio da etnografia, conheceu as vivências, realidades e crenças de várias etnias, chegou na calha do rio Madeira e identificou várias etnias como os Parintintin, Tenharin, Mura, Karitiana, Karipunas⁴, dentre outras.

Foi também por meio de ocupação não indígena na Amazônia que Vargas na década de 1930 com o projeto Plano de Valorização Econômica na Amazônia (PVEA), apresentou mecanismos de dinâmica governamental durante a ditadura militar, conhecida como Estado Novo, que tratava de desenvolvimento populacional, conhecido como Marcha para o Oeste. Para Lenharo (1986, p.17-18):

A “Marcha...” foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente. A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida.

A Marcha para o Oeste foi um programa de desenvolvimento econômico e populacional que tinha também como objetivo garantir a segurança das fronteiras nacionais. Esse processo histórico de integração em territórios menos populosos, fez com que a população indígena sofresse enormes perdas territoriais e inúmeros modos de violência.

A respeito da violência sofrida pelos povos indígenas em Rondônia, um minucioso trabalho foi efetuado por Leonel (1995) em que retrata somente no que é a atual Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (área de 18.000km²), entre o início do século XVIII e começo dos anos 1990 ocorreram missões religiosas, além de cerca de mais de 50 expedições punitivas, ataques e massacres a diversos povos indígenas que estavam naquele território, o que inclusive resultou em etnocídios e genocídios de várias etnias.

O autor situa que o período mais crítico se dá a partir de 1940 com a chegada das empresas seringalistas, seguida pela mineração e aprofunda-se em meados da década de

1960, ocasião em que abriam estradas, as quais serviriam para atrair milhares de colonos nos anos entre 1970-1990.

A migração nordestina aparece como um aspecto fundamental na ocupação da Amazônia nos anos de 1940, o grande fluxo migratório, vendido como um sonho utópico de riqueza adquirida a partir da exploração e exportação do látex da borracha extraída da seringueira, fez com que muitos deixassem suas terras e viessem em busca de novas oportunidades, fundamentadas pelo plano de Governo Federal que os traziam e ofereciam apoio individual e familiar para se organizarem no início de sua organização, no “Eldorado” e “Canaã brasileira”, a região mais próspera da Amazônia Ocidental.

O processo de migração para a Amazônia nos anos 1940, surge como “espontâneo” motivado por uma forte seca que fez com que muitos nordestinos se encaminhassem para a região Norte brasileira e “induzido” para atender os esforços de cooperação do país na Segunda Guerra Mundial, a partir de acordos internacionais e da adoção geopolítica brasileira, em que os recrutados para o extrativismo vegetal foram categorizados como “soldados da borracha”. Outros fatores que impulsionaram tal movimento foi o ideal de enriquecimento, em busca de novas oportunidades e as inúmeras privações, que surgiam após períodos de escassez (Campos, 2006).

Para esta autoria, os anos de 1910 até 1940, representaram uma característica de desprovidimento para o trabalho manual, ocasionada pela crise com duração de 30 anos que afetou a produção da borracha. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, esse cenário marcou uma forte motivação para mudanças, o que garantiu um aumento no fluxo migratório nacional (do Nordeste para o Norte), bem como levou o Brasil nos primeiros anos da década de 1940 a ser o principal fornecedor de borracha aos Estados Unidos da América.

Por se tratar de migração voluntária, o Departamento Nacional de Imigração (DNI) traçou planos de estratégia onde pudesse possibilitar a mobilidade dessas pessoas para estados da região Norte como o Amazonas, e para as cidades de Belém e Manaus, daí para outras porções regionais. Com ponto de embarque em Fortaleza, o esperado era que 5.000 pessoas fossem em direção ao Norte para realizarem mão-de-obra nos seringais, no que totalizavam em quase duas mil pessoas nos alojamentos de Belém (Campos, 2006).

Deste modo, desde 1940 até metade da década seguinte havia o domínio do ciclo da borracha, em que os seringalistas exerciam a pressão sobre os povos indígenas com o beneplácito governamental. A mineração surge em seguida com mais impactos a esses povos, os quais se acuavam mais para o interior da floresta para que pudessem se proteger. A abertura da BR-029 (atual BR-364, que segue o trajeto das linhas telegráficas de Rondon) é iniciada no final dos anos 1950 como possibilidade estratégica de ocupação não indígena do espaço territorial rondoniense.

Um fato chama atenção que é a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por conta do Massacre do Paralelo 11 ocorrido em novembro de 1965, em Mato Grosso e próximo a Rondônia, com a eliminação de 3500 Cinta-Larga, por uma empresa seringalista, conforme apontado no Relatório Figueiredo. Principalmente, devido a este episódio e com o material apresentado no Relatório é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967 (Guimarães, 2015).

A infraestrutura de estrada, ainda que precária no período, somada aos eventos políticos com o advento da chamada “Revolução” de 1964 ou Ditadura Militar, com a aplicação da geopolítica de ocupação dos “vazios” populacionais da Amazônia, a integração nacional como ideologia, fez com que o Território Federal de Rondônia criado em 1956 servisse como laboratório para a implantação de vários projetos de desenvolvimento, dentre eles, o de colonização com a distribuição de terras para quem não tinha.

Deste modo, os projetos de colonização atendiam a pelo menos dois objetivos geopolíticos estratégicos: 1) aliviar as tensões sociais de outras Unidades da Federação; 2) povoar a região que tinha pouca densidade demográfica (Almeida Silva, 2012). É óbvio que tal iniciativa gerou uma série de conflitos de ordem social, ambiental, política e econômica, cujas repercussões permanecem como cicatrizes territoriais abertas e produzem outros conflitos e pressões na atualidade.

Deste modo, principalmente a partir do início de 1970, um novo ciclo migratório se estabelece ao longo da BR-364, mediante a implantação de projetos de colonização em consonância com o Plano de Integração Nacional (PIN). Este Plano tinha como objetivo fornecer aos imigrantes bens e serviços, organizar a população rural e a urbanização, receber os imigrantes e intensificar a comercialização da produção agrícola (Castro, 1999).

O autor enfatiza que as condições para efetivação como estado de Rondônia se estabeleceu no espaço territorial por meio de três medidas governamentais de estruturação espacial, como: a) implantação e asfaltamento da rodovia BR-364; b) a implantação de projetos de colonização; e c) os fortes fluxos de imigrantes. A junção desses fatores potencializaram a reconfiguração espacial rondoniense facilitada pela disponibilização gratuita de terras a agricultores e suas famílias nos projetos de colonização, os quais atraíram povos de outras regiões do país.

Neste sentido, uma das ações se deu com a implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste polo do Brasil – Polonoroeste, financiado pelo Banco Mundial, para Mato Grosso e Rondônia, o qual veio a promover mudanças profundas no espaço territorial rondoniense, com uma série de impactos de ordem política, econômica, principalmente social e ambiental, sobretudo, para os povos indígenas e populações tradicionais. Sobre este Programa, a seção seguinte se debruçara sobre seus impactos.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos aos Projetos Integrados de Colonização PICs voltados aos colonos do então Território Federal de Rondônia, cuja distribuição de lotes de 100ha pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e com forte apoio do Polonoroeste.

Tabela 1: Projetos de Colonização em Rondônia.

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA – RONDÔNIA – 1979

PROJETOS	PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA					
	Área total (ha)	Número de famílias assentadas			Títulos de terras distribuídos	
		Até 1978	Esperado 1979	Objetivo final	Até 1978	Esperado 1979
Total.....	2 565 440	16 482	3 485	23 438	7 007	4 948
Ouro Preto	512 585	4 414	719	5 133	2 932	876
Gy-Paraná	486 137	3 922	834	4 756	1 294	1 000
Paulo de Assis Ribeiro	293 580	2 463	511	2 974	712	1 568
Adolpho Rohl	413 552	2 247	500	4 341	1 131	340
Sidney Girão	60 000	485	15	500	383	90
Marechal Dutra	494 661	2 220	703	4 520	397	673
Burareiro	304 925	731	203	1 214	158	401

Fonte: Martina. Geogra. Colonization in Rondonia and the reproduction of conditions prevailing in older areas.

Reproduzido por Henriques (1984, p.406). Reorganizado pelos autores.

Obs: Os quatro primeiros projetos são caracterizados como Projetos Integrados de Colonização – PICs, enquanto os dois últimos tratam-se de Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs, os quais encontram-se na região de Ariquemes (Os autores, 2024).

Os dados caracterizam o quantitativo de títulos e distribuição de terra, números de famílias assentadas, que ocuparam terra até 1979 (Henriques, 1984). Para além desses, foram implantados os Projetos de Colonização Dirigida (PADs), na região de Ariquemes, com áreas maiores e destinadas aos colonos que disponibilizavam de maiores recursos financeiros, sendo que até os dias atuais parte dos problemas fundiários não foram devidamente resolvidos, com graves conflitos, vez que esses projetos sobrepõem áreas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

É necessário mencionar que a ação governamental promovida pelo Incri e com o apoio do Polonoeste mediante a implantação de infraestruturas (estradas, escolas, dentre outras) nos Núcleos Urbanos de Apoio Rural – Nuare, foram os responsáveis pelo surgimento de aproximadamente 80% dos atuais 52 municípios rondonienses.

Os dados mencionados levam a outras considerações, dentre elas, o processo migratório, que a título de demonstração, a Tabela 2 apresenta o crescimento de Rondônia e do território nacional. Nela faz o destaque ao município de Cacoal, mas poderia ser qualquer outro do eixo da BR-364, o qual teve um aumento populacional muito significativo em 60 anos, ao tempo em que o povo Paiter Suruí perdeu aproximadamente 60% do seu território original para a colonização.

É oportuno mencionar, de acordo com as informações da Tabela, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que Rondônia teve crescimento demográfico acima da média nacional, durante as décadas de 1980 e 1990, cujos resultados são frutos das iniciativas governamentais direcionadas ao espaço rondoniense.

Tabela 2. Crescimento da população do Brasil, de Rondônia e de Cacoal (1950 - 2010).

Período	Brasil		Rondônia		Cacoal	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%
1950	51.994.397	--	36.935	--	--	--
1960	70.992.343	36,67	70.783	91,64	--	--
1970	94.508.583	33,12	116.620	64,75	--	--
1980	121.150.573	28,19	503.125	331,42	67.030	--
1991	146.917.459	21,26	1.130.874	124,77	78.934	17,76
2000	169.544.443	15,40	1.377.792	21,83	73.568	-6,79
2010	190.755.799	12,51	1.562.409	13,40	78.574	6,80

Fonte: IBGE/SIDRA (2013), adaptado para tabela.

Com a transição de território para estado, em 1981, faz-se necessário notificar que os indígenas que viviam neste lugar, passaram por um processo de “aprisionamento”, seus modos de vidas foram ressignificados, novos valores foram incorporados até como mecanismos para se defenderem perante o novo que se sobrepunha com as mudanças implantadas pelos planos de governo. Os territórios originários, com isso, foram invadidos, corrompidos e ameaçados com maior ênfase; está é a lição que pode ser entendida com a expansão da fronteira econômica cristalizada a partir da criação do Território Federal do Guaporé e consolidada pela instalação de sua autonomia política, como estado de Rondônia.

CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR 364, O APORTE DO POLONOROESTE E SUAS REPERCUSSÕES NO ESPAÇO TERRITORIAL RONDONIENSE

A supressão florestal ou desflorestamento em Rondônia está diretamente vinculado a políticas de integração nacional conduzida entre as décadas 1960-1980 pelo regime de ocasião, mediante ações de caráter geopolítico de fronteiras físicas e fronteiras econômicas, dentre elas a construção da BR-364, projetos estruturantes —especialmente o Polonoroeste. Tais medidas proporcionaram a transformação do Território Federal de Rondônia em estado com a mesma toponímia, o que resultou em novas configurações e inúmeras ações que trouxeram mudanças profundas no meio ambiente, nas vidas humanas, na biodiversidade, principalmente impactos em povos originários e populações tradicionais, as quais foram atingidas pelos projetos de avanço populacional e econômico.

A abertura da rodovia possibilitou o avanço da fronteira econômica, o que causou inúmeros impactos, logo, a nova configuração econômica e territorial que a Amazônia tem experimentado nas últimas décadas resultou em expressivas pressões e ameaças ao bioma, aos povos indígenas e tradicionais e repercute ainda no setor urbano. O desflorestamento como consequência desses processos (colonização, estradas, infraestruturas decorrentes dos projetos governos) aliadas a atividades agropecuárias com bases antagônicas à sustentabilidade tem proporcionado cenários bastante preocupantes, como apontam estudos conduzidos por Costa Silva (2021).

É oportuno mencionar que o projeto para colonização de Rondônia apresentava proposta de ocupação territorial com incremento populacional decorrente da migração, de maneira que houvesse condições de ocorrer o crescimento econômico com o uso dos recursos naturais a qualquer custo. A agricultura e agropecuária passaram a ser a mola propulsora como fonte de produção importante em tal processo. Com toda essa organização política, social e econômica, aparecia também um objetivo geopolítico que traria com esse avanço defesa das áreas fronteiriças nacionais, conforme demonstram Leite e Furlei (1985) e Foresta (1991).

Por meio de empréstimo, o Governo Federal realizou com o Banco Mundial no final dos anos 1970, a ocupação do espaço territorial rondoniense e integrou a cidade de Porto Velho a Cuiabá em Mato Grosso, mediante a pavimentação da BR-364. A rodovia teve grande participação e envolvimento deste Banco, porém uma preocupação surgia durante o acordo, o impacto com a obra, o que acarretaria em um fluxo migratório excessivo, o desflorestamento e a invasão de terras indígenas (Maybury-Lewis *et al.*, 1981; Rich, 1994).

A duração das negociações de empréstimo do Banco Mundial para financiar a pavimentação da BR-364 demorou cerca de cinco anos e em 1992 foi liberado 167 milhões de dólares para o plano e a diferença deste último para o Polonoroeste com esse objetivo, embora não fosse o principal foco na execução do plano, como sinaliza Nelson (1995a).

Com a aprovação do empréstimo do Banco Mundial no início do ano de 1980, o Polonoroeste, como programa de desenvolvimento regional, agregou recursos que visavam menor impacto ambiental, ocupação menos predatória, e de proteção de comunidades indígenas. Todavia, teve o efeito inverso, como afirmam Perdigão e Basségio (1992), visto que o crescimento acelerado levou à população rondoniense ao quantitativo de 111.080 em 1970 a 593.094 em 1980 para 1.130.400 em 1990.

Durante a construção de muitas estradas vicinais apoiadas pelo Polonoroeste e com conexão à BR-364, ocorreram grandes enfrentamentos entre indígenas e os novos proprietários das terras que cruzavam ou margeavam os territórios originários, vez que a abertura dessas estradas permitiam o acesso, com elas as consequências que praticamente extinguiram de diversas etnias, conforme descreve Brown (1992). Além dos enfrentamentos ocasionados pelo encontro de sociedades, as doenças (malária, gripe, dentre outras) contribuíram para o caos, principalmente aos indígenas e diversas populações tradicionais de Rondônia.

O desenvolvimento agrícola e agropecuário simbolizado pelas dinâmicas econômicas e populacionais em Rondônia, trouxe grandes benefícios ao lado de transformações que resultaram em enormes sequelas sociais, ambientais e territoriais, as quais permitiram a construção histórica e geográfica do território rondoniense.

Do ponto de vista ambiental, o grande volume das florestas de Rondônia e o desflorestamento foram estimulados pela abertura de outras estradas a partir da BR-364, de modo a permitir o fluxo das novas populações, bem como o crescimento e a urbanização, de modo que permitiu-se quantificar inúmeras interações e relacionamentos econômicos, sociais e políticos e, por conseguinte a integração com todo o território nacional (Chein *et al.*, 2009).

Neste sentido, a construção de uma rodovia planejada é extremamente preocupante, além de cortar terras indígenas pode surgir também estradas secundárias, os ramais, como apontam os estudos de Fearnside (2020) e DNIT (2020).

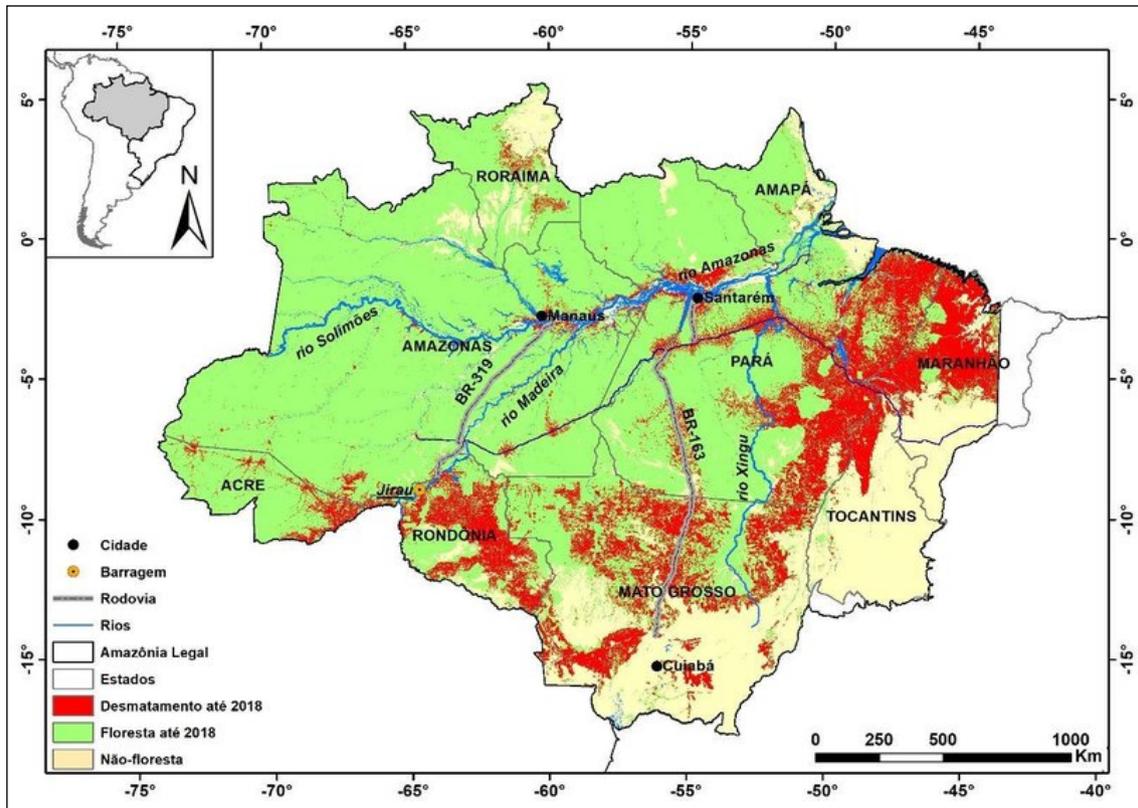
Em decorrência dos impactos ocasionados pelo Polonoroeste, especialmente ambientais, reconhecidos pelo Banco Mundial, após enorme pressão de entidades ambientalistas, no final da década de 1980 iniciou-se as tratativas para elaboração do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia (ZSEERO), aprovado pela Assembleia Legislativa afim de corrigir as distorções do Programa. Na chamada 1ª Aproximação do ZSEERO foi definido seis zonas distintas para efeito de intervenção e ordenamento territorial, cujos objetivos consistiam, conforme Nelson (1992) em: a) mudar o funcionamento institucional dos órgãos governamentais; b) garantir a conservação da biodiversidade existente em Rondônia; (c) proteger os limites das unidades de conservação e reservas indígenas; (d) desenvolver sistemas agrícolas e de manejo florestal integrados; (e) realizar investimentos prioritários na infraestrutura.

Durante a organização de ocupação das terras distribuídas pelo Incra e apoiada pelo Polonoroeste, os proprietários eram incentivados a promover o desmatamento das áreas, pois isso se caracterizava como benefício das propriedades. Todavia, apontam Borges e Santana (2021) com as propostas de zoneamento, de medidas de manutenção dos recursos naturais tornava-se difícil manter tais recomendações de manter a área conservada.

Como resultado das pressões das entidades ambientalistas, bem como das negociações conduzidas pelos governos do Brasil e de Rondônia junto ao Banco Mundial foi criado o Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo com proposta de proteção ambiental, de acordo Nelson (1992). Embora com recursos bem inferiores ao do Polonoroeste, o Planaflo teve como característica principal a prioridade às questões ambientais, com isso foi responsável direto com o apoio financeiro para a criação da maioria das Unidades de Conservação e de várias Terras Indígenas de Rondônia, bem como para realização de estudos com a 2ª Aproximação do ZSEERO com três zonas com melhor definição que a anterior.

O corte raso da floresta (desmatamento) permanece como um dos graves problemas de ordem ambiental na Amazônia e em Rondônia, de modo que contribui para as mudanças e crises climáticas que atingem a região e com desdobramentos em escala planetárias. De acordo com o Imazon (2015) o desmatamento que atingia menos que 1% da área, com o passar do tempo alcançou 19% em 2013, o que equivale a soma total dos estados de Minas Gerais e Paraná.

A Figura 2 demonstra as áreas de desflorestamento até o ano de 2018 nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do País. É notório que Rondônia apresentava naquele período significativa supressão de suas florestas, razão pela qual está inserido na região conhecida como Arco do Desmatamento.



Fonte: Fearnside (2022).

Figura 2. Arco do desmatamento na Amazônia até 2018.

As áreas florestadas de Rondônia estão restritas às Unidades de Conservação⁵ e Terras Indígenas, em que estas prestam grandes serviços ambientais, ainda que sejam constantemente ameaçadas e expostas às mais variadas pressões (invasões, desmatamentos, pesca e caça predatórias, mineração, expropriação de recursos naturais madeireiros e não madeireiros, dentre outras) que dizem respeito à integridade territorial. Para além disso, ameaças físicas se fazem constantes aos moradores, os quais em várias ocasiões precisam migrar para outras áreas ou então buscam proteção junto aos órgãos de segurança e assim possam se manter vivos.

Assim, ao se falar sobre o Planafloco pode se afirmar que apesar de várias incongruências em sua execução, o projeto deixou grande legado aos povos indígenas e populações tradicionais em Rondônia, em razão de assegurar o direito à permanência em territórios demarcados, o que em tese contribuiu para minimizar que conflitos maiores se estabeleçam e com resultados imprevisíveis.

Mesmo com os territórios juridicamente definidos, não se pode omitir, que neles ainda ocorram frequentemente uma série de problemáticas que refletem o grau de violência produzido pela fronteira econômica e o avanço do capital sobre os povos indígenas e populações tradicionais. Para tanto, é imprescindível que o Estado cumpra seu papel de proteção a essas áreas importantes para as populações que nelas residem, mas que também são indispensáveis para o restante da humanidade, visto que possibilitam a perpetuação da biodiversidade e contribuem para a amenização de graves problemas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer os povos indígenas na atualidade reveste-se de grande relevância, no sentido de valorizar a manutenção de suas culturas, seus valores, seus saberes e experiências. A cada dia torna-se mais preocupante como estão inseridos socialmente e tem seus direitos violados, negligenciados, como se nada significassem para parcelas significantes da sociedade abrangente. Diante de tal afirmação, é preciso compreender que suas lutas, resiliências e resistências territoriais são expressões que envolvem suas culturas, espiritualidades e memórias.

Toda organização territorial de novos avanços de ocupação e de economia resultam em marcos negativos e positivos. Isto não foi diferente com a invenção e criação de Rondônia, cujo processo de construção se deu e ainda se operacionaliza por intermédio de programas e projetos que, muitas vezes, desconsideram a conservação e preservação do meio ambiente, de modo que proporciona grandes ônus sociais, políticos, econômicos e territoriais a seus moradores, especialmente em relação aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

É de conhecimento que a institucionalização de Unidades de Conservação e Terras Indígenas não é suficiente para garantir suas integridades físicas; discute-se muito sobre consciência ambiental, no entanto, os programas governamentais e não governamentais não tem sido suficientes frente ao rápido aumento de degradação ambiental e desflorestamento, bem como a existência de práticas predatórias são intensidades e o meio ambiente sofre as consequências.

As reações da natureza em decorrência das agressões sofridas, por seu turno, se manifestam com fenômenos climáticos, como mudanças e crises em ambiente rural e urbano, dos quais a humanidade não possui controle sobre elas, mas pode contribuir para amenizar os graves problemas. Ouvir, respeitar e colocar em prática os conhecimentos provenientes dos povos indígenas e populações tradicionais podem se consolidar como oportunidades para a sociedade como um todo para reencontrar as veredas que há muito tempo foram esquecidas. Isto é valorizar a vida, quem sabe seja resposta para mitigar as angústias e permitir transformar os sonhos em dias melhores.

NOTAS

4 Os dois primeiros povos encontram-se no estado do Amazonas na região de Humaitá, os dois últimos em Porto Velho – Rondônia, enquanto os Mura habitam os dois estados amazônicos.

5 As Unidades de Conservação de Uso Direto constituídas pelas Reservas Extrativistas, onde vivem populações tradicionais extrativistas, as quais dependem desses territórios para sobreviverem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, A. A questão indígena em Rondônia e os projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental. **Ciência Geográfica**, v. XVI, p.8-14, 2012. Disponível em:

<http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvii_versao_internet/AGB_abr2012_02.pdf>. Acesso em 10 dez 2023.

ALMEIDA SILVA, A. **Entre a floresta e o concreto**: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia. Jundiá: Paco, 2015.

BECKER, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: Orstom, 1988, p.60-89.

BORGES, L.R.M.; SANTANA, R.S. Rondônia, da criação do zoneamento socioeconômico-ecológico à alteração das áreas destinadas à proteção florestal: um rápido histórico. In: CARDOZO, I.B.; RIBEIRO, T.M. (orgs). **Áreas protegidas de Rondônia em perigo**. A luta dos povos da floresta na defesa dos seus territórios. Brasília: CPT-RO; Kanindé; ECAM, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 – Republicação**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/9/1943, Página 14369 (Republicação). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-norma-pe.html>>. Acesso em 19 out 2023

BROWN, I.F. *et al.* Carbon storage and land-use in extractive reserves in Acre, Brazil. **Environmental Conservation**, 19. 4: 307-15. 1992.

CAMPOS, A.L.V. Organizando o Trabalho: o exército de ‘soldados da borracha’. In: CAMPOS, A.L.V. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 139-171. História e saúde collection. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786557081006.0008>>. Acesso em 10 dez 2023.

CASTRO, B. C. **Adensamentos urbanos no centro-sul de Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

CEMIN, A. A colonização em Rondônia: imaginário Amazônico e projetos de desenvolvimento - tecnologias do imaginário, dádivas-veneno e violência. **Labirinto** (UNIR), v. VII, nº 10, 2007. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo105.html>>. Acesso em 10 jan 2015.

CHEIN, F.; ASSUNÇÃO, J.J.; LEMOS, M.B. Custos de transporte e urbanização: evidências a partir da criação de cidades. **Rev. Bras. Econ.** 63 (3) - set 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/pChMw9VG7CFZXnFmLh44s9x/>. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402009000300004>>.

COSTA SILVA, R.G. O agronegócio que pressiona as florestas de Rondônia. In: CARDOZO, I.B.; RIBEIRO, T.M. (orgs). **Áreas protegidas de Rondônia em perigo**. A luta dos povos da floresta na defesa dos seus territórios. Brasília: CPT-RO; Kanindé; ECAM, 2021.

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Estudo do Componente Indígena CI Preliminar da Etnia 3 – Apurinã** – Rev C. Brasília: DNIT, 2020.

FEARNSIDE, P.M. Os riscos do projeto de gás e petróleo “Área Sedimentar do Solimões”. In: **Amazônia Real**, 12 de março de 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340845350_Os_riscos_do_projeto_de_gas_e_petroleo_na_Area_Sedimentar_do_Solimoes>. Acesso em 10 nov 2023.

- FEARNSIDE, P.M. **Por que a rodovia BR-319 é tão prejudicial**; mar-2022. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2022/Por_que_a_rodovia_BR-319_eh_tao_prejudical-Serie_completa.pdf>. Acesso 04 nov 2023.
- FERREIRA, I.A. Povos indígenas de Rondônia: rumo aos 518 anos de resistência. In: **Teoria e debate**. Edição 167; dez-2017. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2017/12/18/povos-indigenas-rondonia-rumo-518-anos-de-resistencia/>>. Acesso em 09 out 2023.
- FORESTA, R.A. **Amazon Conservation in the Age of Development**. The Limits of Providence. Gainesville, University of Florida Press, Gainesville, 1991.
- GAMA, D.G.R. **A expansão das linhas telegráficas na fronteira oeste do Brasil: uma das frentes da Modernização na I República (1890 a 1915)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade de Brasília. Brasília: 2023. 38f.
- GORAYEB, A. Território Federal do Guaporé. In: **Gente de Opinião**; set-2018. Disponível em: <<https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/anisio-gorayeb/territorio-federal-do-guapore-po-anisio-gorayeb>>. Acesso em 09 out 2023.
- GUIMARÃES, E. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio. Rio de Janeiro, 2015. 203f. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss373.pdf>>. Acesso em 20 dez 2023.
- HENRIQUES, M.H.F.T. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 46, n. 3/4, p. 393-423, jul./dez. 1984. Disponível em: <<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/839>>. Acesso em 10 dez 2023.
- IBGE. **Cidades e estados**. 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>>. Acesso em 23 out 2023.
- IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA**. Várias consultas. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05 nov 2023.
- IMAZON. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**; set-2015. Disponível em: <<https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>>. Acesso em 02 nov 2023.
- KOTHARI, U. **A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and Ideologies**. Zed Books, London, 2005.
- LEITE, L.L.; FURLEY, P.A. **Land Development in the Brazilian Amazon with Particular Reference to Rondônia and the Ouro Preto Colonization Project, Change in the Amazon Basin**, Volume II. The Frontier After a Decade of Colonization (R Hemming, editor), Manchester, Manchester University Press, p.119-140. 1985.
- LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste**. Ed.Unicamp, 2.ed. Campinas, 1986.
- LEONEL, M. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au: O Endocolonialismo e os Índios no Centro de Rondônia**. 1.ed. São Paulo: EdUSP/IAMA/FAPESP, 1995.
- MARTINS, J. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

- MAYBURY-LEWIS, D.; *et al.* In the path of Polonoeste: endangered peoples of western Brazil. **Cultural Survival Occasional Paper** n.6. 1981. Cambridge, MA.
- MBEMBE, A. (2003), Necropolitics. **Public Culture**, 15(1), p. 11-40. Disponível em: <<http://publicculture.dukejournals.org/content/15/1/11.full.pdf+html>>. Acesso em 10 dez 2023.
- MIGUEL, V.V.R. **Fronteira Ampliada: Relações de Poder em Rondônia (1950-1954)**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Porto Velho: UNIR, 2008.
- MIGUEL, V.V.R.; ALMEIDA SILVA, A.; NUNES, D.D.; FRAGA, N.C. Estado, desenvolvimento e direitos humanos na fronteira amazônica: a violência do encontro entre o indígena e o não indígena no Território Federal do Guaporé. **Polis** (Santiago. en Línea), v.15, p.405-427, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/12217?lang=es>>. Acesso em 10 dez 2023.
- NELSON, P.J. **Brazil: Rondônia Natural Resources Management Project**. Staff Brazil: Rondônia Natural Resources Management Project. Staff Appraisal Report, Latin America and Caribbean Regional Office. Washington, DC: World Bank (International Bank of Reconstruction and Development), 1992.
- NELSON, P.J. **Request for Inspection of Rondonia Natural Resources Management**. Request for Inspection of Rondonia Natural Resources Management Project (Loan No 3444-BR). Additional Review by the Inspection Panel. Inspection Panel, Washington, DC: World Bank (International Bank of Reconstruction and Development), 1995a.
- NELSON, P.J. **The World Bank and Non-Governmental Organizations: The limits of apolitical development** (International Political Economy Series). New York: St. Martin's Press, Inc. 1995b.
- OTT, A.M.T. **Dos projetos de desenvolvimento, aos desenvolvimentos dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2002.
- PERDIGÃO, F.; BASSÉGIO, L. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia: A Trajetória da Ilusão. São Paulo: Edições Loyola. 1992.
- PORTO, J.L.R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Revista Presença**, n. 15, vol. III, p.46-52, 1999. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca15completa.pdf>. Acesso em 29 out 2023.
- RABELLO, A.C.B. **Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica**. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio Ambiental na Universidade Federal do Pará), Belém, 2004.
- RICH, B. **Mortgaging the Earth: The World Bank, environmental impoverishment and the crisis of development**. Boston: Beacon Press, 1994.
- VISVANATHAN, S. **A carnival for science**. Essays on Science, Technology and Development. Oxford University Press, Oxford, 1997.